

CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (SEFAZ/CE)

CARGO 1: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

APLICAÇÃO: 15/8/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

No atual cenário competitivo, o controle de custos e quantidades de insumos consumidos é essencial para o sucesso dos negócios. Visto o volume de eventos envolvidos, o acompanhamento detalhado pelos administradores se torna inviável, então a administração apenas dos desvios significativos, chamada administração por exceção, mostra-se como o método mais viável. Mas, para mensurar tais desvios, é necessário saber o volume usual ou ideal de insumos necessários, o que se pode fazer pela mensuração dos padrões de consumo, por meio da metodologia de custo padrão, comparando-se os volumes de insumos efetivamente utilizados com os que se esperaria utilizar, de acordo com os padrões.

Ao se definir o custo padrão, dois enfoques são possíveis: a definição de padrões ideais, sem qualquer ineficiência, o que, por um lado, leva à busca constante da eficiência máxima e do custo mínimo, porém pode levar à desmotivação da equipe, pela alta dificuldade de tais padrões serem atingidos; ou a definição de padrões reais, baseados no uso médio dos insumos disponíveis, o que se mostra mais viável para a equipe, mas pode levar a uma acomodação inconveniente. A busca de padrões progressivamente mais eficientes se mostra como a melhor alternativa.

Quando se fala em padrões de insumos, não se trata apenas do consumo de matérias-primas; mão de obra e custos indiretos de produção também são insumos relevantes para os quais podem ser estabelecidos custos padrões em todos esses casos. A identificação dos volumes de recursos utilizados e seus respectivos custos permite uma gestão mais eficiente dos processos produtivos.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

0 – Não abordou o aspecto.

1 – Demonstrou conhecimento de apenas um dos conceitos e não abordou a relação entre eles.

2 – Demonstrou conhecimento de ambos os conceitos, mas não abordou a relação entre eles.

3 – Demonstrou conhecimento de ambos os conceitos e abordou a relação adequada entre eles.

Quesito 2.2

0 – Não abordou o aspecto.

1 – Demonstrou conhecimento de apenas um dos tipos de padrões.

2 – Demonstrou conhecimento de ambos os padrões, mas não abordou suas vantagens nem desvantagens.

3 – Demonstrou conhecimento de ambos os padrões, mas abordou apenas vantagens ou desvantagens.

4 – Demonstrou conhecimento de ambos os padrões e abordou tanto suas vantagens quanto suas desvantagens.

Quesito 2.3

0 – Não abordou o aspecto.

1 – Demonstrou conhecimento de apenas uma variação.

2 – Demonstrou conhecimento de até duas variações.

3 – Demonstrou conhecimento das três variações.

CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (SEFAZ/CE)

CARGO 1: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

APLICAÇÃO: 15/8/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

As receitas correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o patrimônio líquido, e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nas ações e nos programas orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Subdividem-se em receita tributária, receita de contribuições, receita patrimonial, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

As receitas tributárias são aquelas correspondentes à instituição e à arrecadação dos tributos (impostos, taxas e contribuição de melhoria) pelas pessoas jurídicas de direito público, constitucionalmente autorizadas. Consistem no recurso proveniente da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Trata-se de receita cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são correlatas. As receitas tributárias cearenses são aquelas espécies tributárias decorrentes da competência tributária do estado do Ceará, quais sejam: o IPVA, a contribuição de melhoria, o ITCD, o ICMS e as Taxas.

As receitas de capital são a soma das receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender às despesas de capital. Subdividem-se em operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

As receitas correntes e as receitas de capital diferenciam-se quanto aos seus efeitos patrimoniais. Enquanto as receitas correntes aumentam a disponibilidade, afetando positivamente o patrimônio líquido, as receitas de capital, diferentemente, em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

QUESITOS AVALIADOS

2.1

- 0 – Não definiu receita corrente nem citou a sua classificação.
- 1 – Definiu receita corrente, mas não citou a classificação.
- 2 – Definiu receita corrente, mas citou a classificação de modo incompleto.
- 3 – Definiu receita corrente e citou a classificação de modo completo.

2.2

- 0 – Não definiu receitas tributárias nem citou as receitas tributárias cearenses.
- 1 – Definiu receitas tributárias, mas não citou nenhuma receita tributária cearense.
- 2 – Definiu receitas tributárias, mas citou apenas parte das receitas tributárias cearenses.
- 3 – Definiu receitas tributárias e citou, de modo completo, as receitas tributárias cearenses.

2.3

- 0 – Não definiu receitas de capital nem especificou sua classificação.
- 1 – Definiu receitas de capital, mas não especificou sua classificação.
- 2 – Definiu receitas de capital, mas citou sua classificação de modo incompleto.
- 3 – Definiu receitas de capital e especificou sua classificação de modo completo.

2.4

- 0 – Não diferenciou receitas correntes de receitas de capital quanto aos efeitos patrimoniais.
- 1 – Discorreu de modo incompleto sobre o quesito.
- 2 – Diferenciou receitas correntes de receitas de capital quanto aos efeitos patrimoniais, de forma completa.

CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (SEFAZ/CE)

CARGO 1: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

APLICAÇÃO: 15/8/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

Mesmo o imposto sendo pago pelo fornecedor, a empresa adquirente tem o direito de solicitar o ressarcimento desse imposto quando a operação subsequente, também chamada de fato gerador presumido, não se realizar (o que foi o caso, já que o produto não será vendido). A empresa adquirente tem o direito de ressarcimento porque o ICMS recolhido por substituição tributária é somado ao valor da mercadoria, ou seja, constituiu custo para o adquirente que pagou pela mercadoria e pelo ICMS ST, conforme art. 10 da Lei Complementar n.º 87/1996.

Todas as contas contábeis devem refletir a situação real. A conta estoques, pertencente ao ativo circulante, deve refletir o quantitativo que está disponível para venda. Nesse caso, existe a necessidade de reconhecimento contábil da perda por perecibilidade, mas todos os registros contábeis devem ser amparados por documento idôneo que dê suporte à operação, inclusive com emissão de nota fiscal com o CFOP 5927 (código específico para a operação previsto na legislação).

A empresa Comércio Varejista Ltda. fez o procedimento correto. Sendo assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar, o contribuinte deve formular/protocolar a solicitação, comprovando o motivo da baixa de estoque por perda/perecibilidade do produto. Se não houver deliberação pela fazenda estadual no prazo de 90 dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo, conforme § 1.º do art. 10 da Lei Complementar n.º 87/1996 e o § 1.º do art. 105 do Decreto estadual n.º 33.327/2019.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

1 – Respondeu corretamente, mas não justificou.

2 – Respondeu corretamente, mas apresentou justificativa insuficiente (tratou apenas do direito de aproveitar o crédito tributário quando a operação presumida subsequente não for realizada ou do fato de que o ICMS recolhido por substituição tributária constitui custo para o adquirente).

3 – Respondeu corretamente, justificando que a empresa tem o direito de aproveitar o crédito tributário quando a operação presumida subsequente não for realizada e que o ICMS recolhido por substituição tributária constitui custo para o adquirente.

Quesito 2.2

0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

1 – Respondeu corretamente, mas não justificou.

2 – Respondeu corretamente, mas apresentou justificativa insuficiente (tratou apenas do reconhecimento de estoque pelo valor real ou da emissão de nota fiscal para dar suporte à operação).

3 – Respondeu corretamente, justificando o reconhecimento de estoque pelo valor real e a emissão de nota fiscal para dar suporte à operação.

Quesito 2.3

0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

1 – Respondeu corretamente, mas não justificou.

2 – Respondeu corretamente, mas apresentou justificativa insuficiente (explicou apenas que a empresa pode se beneficiar no período seguinte, decorridos 90 dias do protocolo, ou que o valor do crédito é atualizado monetariamente).

3 – Respondeu corretamente, justificando que a empresa pode se beneficiar no período seguinte, decorridos 90 dias do protocolo, e que o valor do crédito é atualizado monetariamente.